

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCSO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

POLYANA ROSA RODRIGUES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR: aproximações necessárias

SÃO LUÍS - MA
2025

POLYANA ROSA RODRIGUES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR: aproximações necessárias

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo Lopes.

SÃO LUÍS - MA

2025

Rodrigues, Polyana Rosa.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR : aproximações
necessárias / Polyana Rosa Rodrigues. - 2025.
59 p.

Orientador(a): Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Educação Inclusiva. 2. Gestão Escolar. 3.
Formação Continuada. 4. Políticas Educacionais. I.
Carvalho de Figueirêdo, Thais Andrea. II. Título.

POLYANA ROSA RODRIGUES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR: aproximações necessárias

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Patrícia Costa Ataíde
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Guilherme Willisngton Tavares Pereira
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho aos meus pais,
Cleudiana e Antônio Paulo pelo amor
incondicional, apoio e incentivo ao longo
de toda a minha jornada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me mantido na trilha certa durante a realização desta monografia, com saúde e forças para chegar até o final;

Aos meus pais, Cleudiana e Antonio Paulo, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando ao longo de toda a minha trajetória. Com vocês aprendi a romper barreiras e paradigmas, pois me ensinaram a sonhar com este momento e, mais do que sonhar, torná-lo real;

Minha gratidão a Professora Dra. Thais, cuja orientação foi imprescindível para a construção deste trabalho. Obrigada por sua dedicação, paciência e pela confiança depositada durante todo o processo;

Agradeço aos professores e funcionários que fazem acontecer a Universidade Federal do Maranhão, especialmente, aqueles que atuam no Curso de Pedagogia;

A gestora, professoras, psicólogas e participantes dessa pesquisa, que foram essenciais para esta pesquisa. Sem eles/as, este trabalho não teria se tornado realidade;

A minha irmã Cleana, pelo amor que sentimos uma pela outra. Quem tem irmão tem amigos para a vida toda. Eu tenho uma grande amiga na vida; amo você;

A minha sogra Isabel e meu marido Isaac, que me incentivaram desde o meu primeiro dia de graduação, a persistir com amor e esperança na educação;

Aos meus colegas do Curso de Pedagogia, que foram essenciais nas trocas de ideias, ajuda mútua e suporte emocional;

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, em especial, Carmen Mariana, sou grata pela amizade e pelo apoio demonstrado ao longo de toda a minha graduação e todo o período em que me dediquei a este trabalho. Juntas conseguimos avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

(DEWEY, 1933)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral, compreender como o desempenho do gestor escolar pode contribuir com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas na Unidade Escolar Wilson Felix, localizada no município de Bacabeira - MA. Definimos como objetivos específicos: Analisar as concepções de educação inclusiva dos gestores, docentes psicopedagogos e professores de AEE da Unidade Escolar Wilson Felix; Identificar, sob a ótica dos gestores e todo corpo docente as ações necessárias para a construção de uma educação inclusiva na Unidade Escolar Wilson Felix; Conhecer, junto aos gestores, professores e demais funcionários as metodologias adotadas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva; Identificar os desafios encontrados pelo corpo docente para implementação de uma educação inclusiva. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando o tipo de pesquisa de natureza exploratória, na qual realizamos uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo uma escola pública que atende alunos de primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestora escolar, professoras da sala de aula comum, psicopedagoga e com a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Diante desse panorama, conclui-se que a gestão escolar tem uma função importante na efetivação da educação inclusiva, mas enfrenta desafios que exigem maior investimento público, formação continuada e mudança de mentalidade na abordagem da diversidade no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Gestão escolar; Formação continuada; Políticas educacionais.

ABSTRACT

The general objective of this study was to understand how the performance of school managers can contribute to the implementation of inclusive pedagogical practices at the Wilson Felix School Unit, located in the city of Bacabeira - MA. We defined the following specific objectives: To analyze the conceptions of inclusive education held by managers, psychopedagogues, and AEE teachers at the Wilson Felix School Unit; To identify, from the perspective of managers and the entire teaching staff, the actions necessary to build inclusive education at the Wilson Felix School Unit; To learn, together with managers, teachers, and other staff, about the methodologies adopted for the development of inclusive education; To identify the challenges faced by teaching staff in implementing inclusive education. The research was developed from a qualitative approach, using an exploratory research type, in which we conducted a bibliographic review and field research at a public school that serves students from the first to the fifth grade of elementary school. Semi-structured interviews were conducted with the school administrator, regular classroom teachers, a psychopedagogue, and a Specialized Educational Assistance (AEE) teacher. Given this scenario, it can be concluded that school management plays an important role in implementing inclusive education, but faces challenges that require greater public investment, ongoing training, and a change in mindset when approaching diversity in the school environment.

Keywords: Inclusive education; School management; Ongoing training; Educational policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CID	Classificação Internacional de Doenças
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESCEMA	Escola de Cegos do Maranhão
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAEE	Público Alvo da Educação Especial
PEE	Plano Estadual de Educação
PEI	Plano Educacional Individualizado
PNE	Plano Nacional de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	MARCOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	16
2.1	A trajetória da educação especial a educação inclusiva.....	17
2.2	A educação Inclusiva no Maranhão:	22
2.3	Gestão escolar inclusiva: reflexões sobre o papel do gestor na promoção da inclusão.....	25
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1	Análise das entrevistas realizadas com a equipe gestora e pedagógica.....	34
4.2	Análise das entrevistas realizadas com as professoras.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	50
	APÊNDICES	53
	APÊNDICE A- Roteiro de questionário utilizado com o gestor	53
	APÊNDICE B- Roteiro de questionário utilizado com a professora de AEE e com a psicopedagoga.	55
	APÊNDICE C- Roteiro de questionário utilizado com as professoras da sala de aula regular	57
	APÊNDICE D - Autorização da Unidade Escolar Wilson Felix para a realização da pesquisa.....	59

1 INTRODUÇÃO

Nas políticas educacionais brasileiras, a educação inclusiva tem sido um princípio orientador, visando garantir que todos os alunos tenham direito ao acesso, a permanência, ao aprendizado e a participação no ensino regular, independentemente de suas necessidades específicas. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à gestão escolar e a formação continuada dos professores.

A importância da educação inclusiva se assegura na garantia do direito à educação para as pessoas com e sem deficiência, sendo que para as pessoas sem deficiência é importante que tenham a oportunidade de conviver com a diversidade humana, pois temos muito a aprender com todos que estão ao nosso redor.

A partir dessa perspectiva, almeja-se que crianças e adolescentes tenham acesso à educação em ambientes inclusivos e acolhedores, nos quais sejam respeitadas suas diferentes formas de ser, pensar e estar no mundo. A educação inclusiva não apenas promove o direito universal à educação, mas também fortalece o respeito à diversidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, a educação inclusiva tem sido discutida e respaldada por leis e políticas públicas, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). No entanto, apesar dos avanços normativos, a implementação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos, que vão desde a infraestrutura inadequada, até a formação insuficiente de docentes e gestores para atuar com essa diversidade (Azevedo, 2022).

A educação inclusiva é um direito garantido por diversos instrumentos legais e internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 2023), que enfatiza a necessidade de adaptação dos sistemas educacionais para atender a todos os alunos. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei n. 9394/1996, estabelece que a educação especial deve ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo aos estudantes com deficiência o direito de estudar em escolas comuns, com os apoios necessários para seu desenvolvimento.

Contudo, a efetivação desse direito encontra barreiras significativas no cotidiano escolar. Estudos recentes demonstram que muitos gestores e professores ainda não estão aptos a lidar com a diversidade na sala de aula, seja por falta de

formação, seja pela ausência de recursos pedagógicos e estruturais adequados (Costa; Machado, 2023).

Nesse contexto, a prática da gestão escolar inclusiva torna-se um fator determinante para o sucesso da inclusão, pois é por meio dela que se definem estratégias, se alocam recursos e se promovem ações voltadas para a adequação da escola às necessidades dos alunos.

Sendo assim, é essencial analisar como os gestores das escolas municipais contribuem com a promoção da inclusão de alunos com deficiência, assegurando não apenas a matrícula, mas um ensino de qualidade que atenda suas necessidades específicas. A atuação do gestor é crucial, pois ele deve impulsionar mudanças junto ao corpo docente, comprometendo-se com uma educação mais inclusiva e eficaz.

A presença de alunos com deficiência nas escolas regulares não garante, por si só, um ensino de qualidade. É necessário que os gestores e professores façam adequações curriculares, promovam um ambiente acolhedor e garantam que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem.

Diante do exposto, o interesse por esse tema surgiu a partir das minhas experiências profissionais e acadêmicas no município de Bacabeira - MA, que me fizeram questionar a efetividade da inclusão naquele local. Observando as ações de profissionais no município, percebemos o quão importante é promover a inclusão de alunos com deficiência. Percebemos também que os gestores podem desempenhar uma função ativa em prol de uma educação que de fato atenda às necessidades específicas de todos(as) os(as) estudantes. E ao interagir com outros profissionais da educação, pais e alunos, identifiquei diversos desafios na implementação de práticas inclusivas, o que me motivou a aprofundar a minha compreensão sobre o desempenho e a atuação do gestor escolar para a implementação de práticas mais inclusivas nas escolas.

Consideramos relevante informar que o município de Bacabeira está localizado no estado do Maranhão, a aproximadamente 58 km de São Luís, a capital do estado, sendo cortado pela BR-135, principal via de acesso à cidade. Criado em 1994, o município se desenvolveu a partir de um povoado pertencente a Rosário e, desde então, tem se consolidado como um ponto de conexão entre o interior e a capital maranhense. Segundo estimativas de 2024, sua população é de cerca de 17.414 habitantes e neste ano, era administrada pela prefeita Naila Gonçalo Gaspar, do Partido MOBILIZA.

Das 27 escolas existentes em Bacabeira, a Unidade Escolar Wilson Felix é uma instituição de referência, portanto, os resultados desta pesquisa podem impactar não apenas essa escola, mas também a comunidade como um todo, além de colaborar com a formulação de políticas educacionais locais. Como professora, me sinto comprometida com a melhoria da qualidade da educação e a promoção da igualdade de oportunidades para todos os alunos. Esta pesquisa representa uma oportunidade para contribuir com esses objetivos.

Como problema de pesquisa, pretendemos responder a seguinte questão: Como o/a gestor/a escolar pode contribuir com a inclusão de crianças com deficiência na Unidade Escolar Wilson Felix?

Algumas questões norteadoras foram pensadas para a realização da pesquisa: Como as estratégias da gestão escolar pode promover de forma eficaz um ambiente inclusivo e acolhedor? Quais são as percepções do gestor escolar sobre a educação inclusiva e como essa concepção influencia sua prática? De que maneira a formação continuada dos professores pode impactar a efetividade da educação inclusiva na escola? Quais os principais desafios enfrentados pelos docentes na efetuação de práticas pedagógicas inclusivas?

Desse modo, estabelecemos como objetivo geral: “Compreender como o desempenho do gestor escolar pode contribuir com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas na Unidade Escolar Wilson Felix, localizada no município de Bacabeira - MA”. Como objetivos específicos, definimos: Analisar as concepções de educação inclusiva dos gestores, docentes psicopedagogos e professores de AEE, da Unidade Escolar Wilson Felix; Identificar, sob a ótica dos gestores e todo corpo docente as ações necessárias para a construção de uma educação inclusiva na Unidade Escolar Wilson Felix ; Conhecer, junto aos gestores, professores e demais funcionários as metodologias adotadas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva; Identificar os desafios encontrados pelo corpo docente para implementação de uma educação inclusiva.

Para responder ao problema de investigação e alcançar o objetivo geral pretendido, o nosso trabalho se pauta em uma abordagem qualitativa, sendo o tipo de pesquisa de natureza exploratória, na qual realizamos uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo. Tornaram-se participantes da investigação 4 professoras da sala de aula comum, 1 gestora, 1 psicopedagoga e 1 professora de AEE, com as quais fizemos uso da entrevista semiestruturada para a geração de dados. Foram

essenciais para a fundamentação e análise dos dados autores, como: Glat (2003); Azevedo (2022); Vieira (2019); Valadão; Mendes (2018); Saviani (2011); Camizão; Victor (2024); Carvalho; Bonfim (2016); Mantoan (2003); Bueno (1993), dentre outros.

A estrutura deste trabalho está constituída de cinco seções, iniciando por essa introdução. Na segunda seção foi abordada a contextualização histórica do processo de implementação das políticas da educação especial para a educação inclusiva e também como está inserida no contexto do Maranhão e como a gestão se faz importante para a efetivação da mesma.

Na terceira seção apresentamos o percurso metodológico, a forma como a pesquisa foi desenvolvida, quais os procedimentos utilizados e todo o percurso trilhado, até chegarmos aos resultados, que é o ponto a ser abordado na quarta seção.

Na quarta seção temos os resultados e discussões, na qual caracterizamos os sujeitos pesquisados e, em seguida, apresentamos os dados coletados relativos às entrevistas feitas com os profissionais da educação da escola. Posteriormente analisamos as respostas das entrevistadas e, por fim, apontamos os achados da pesquisa nas considerações finais.

Desse modo, pretendemos compreender e aprimorar o processo de inclusão escolar, para que ele seja implementado de forma eficaz no sistema educacional municipal.

Dessa forma, este estudo tenta aprofundar a compreensão sobre a prática da gestão escolar inclusiva e propor reflexões que possam contribuir para a melhoria desse processo. Ao identificar os desafios e oportunidades existentes, esperamos que a pesquisa possa subsidiar ações mais eficazes para a implementação da inclusão escolar, beneficiando não apenas os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar.

2 MARCOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação especial, é um direito fundamental, que assim como a educação inclusiva, deve ser garantido a todos os cidadãos, pois não promove apenas o acesso equitativo à educação, mas também a qualidade do ensino para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças ou necessidades. No Brasil, a construção de um sistema educacional inclusivo tem passado por base os marcos históricos, as políticas e os fundamentos legais, além de avanços significativos que refletem o reconhecimento da igualdade de direitos e a luta contra a exclusão de estudantes com deficiência.

A trajetória da educação especial, não só no Brasil, mas por todo o mundo passou por diferentes fases, desde o momento que predominava o assistencialismo e a segregação, até a consolidação de políticas inclusivas no sistema regular de ensino. Sabe-se que por muitos anos a educação especial permaneceu de forma restrita em instituições especializadas. Somente na década de 1990, com a Constituição Federal de 1988 e a ratificação da Declaração de Salamanca (1994), a inclusão escolar passou a ser considerada um princípio fundamental das políticas educacionais.

No que tange às leis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 representou um avanço importante ao estabelecer a educação especial como uma modalidade transversal, que garante o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Posteriormente, também se tem o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que surge reforçando esse compromisso ao assegurar a acessibilidade, o apoio individualizado e o direito ao aprendizado em igualdade de condições. Além disso, foram criadas leis como a do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), lei n. 13.005/2024 que estipularam metas para a ampliação da inclusão escolar, buscando a eliminação das barreiras e promovendo um ambiente inclusivo.

Assim, essa seção apresenta a trajetória da educação especial rumo a um modelo de educação mais inclusivo nas escolas, aqui se destacam também os avanços conquistados e os desafios que ainda precisam ser superados para se assegurar o direito à educação plena e igualitária para todos os estudantes.

2.1 A trajetória da educação especial a educação inclusiva

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por uma evolução significativa de quebra de conceitos e paradigmas, com mudanças tanto na legislação, quanto na conscientização social sobre a importância da igualdade e equidade de acesso à educação. De fato, não é de hoje que o tema da educação inclusiva vem sendo abordado dentro e fora das escolas, trazendo consigo reflexões sobre as necessidades educativas especiais dos alunos (as) com deficiência, sejam essas visíveis ou não.

Inicialmente centrada na educação especial, sendo que a mesma teve início no século XVI, que segundo Mendes (2006):

com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos (Mendes, 2006, p.387)

É notório que a educação especial vem sendo mais estudada e pesquisada nas últimas décadas, porém no início não era vista como nos dias atuais, as crenças predominantes da sociedade daquele período limitavam o acesso à educação formal apenas a uma minoria privilegiada e as pessoas que possuíam alguma limitação, seja ela física ou cognitiva, não eram consideradas parte da sociedade. As pessoas com deficiência eram tidas como “anormais”, precisavam ficar separadas e isoladas em escolas especializadas, então esse início foi marcado pela exclusão e segregação desses sujeitos.

A Educação Especial teve seu marco inicial no Brasil por volta de 1854, de acordo com Falqueto (2019). Somente a partir de 1854, várias instituições privadas implementaram ações voltadas para grupos da população com deficiência. Tais iniciativas tinham por base uma perspectiva mais assistencialista, voltadas para o cuidado do que para a educação.

Com a evolução da educação especial e a crescente conscientização sobre a inclusão, a Constituição Federal de 1988 se torna um marco crucial ao afirmar que a educação é um direito de todos. Essa mudança de paradigma não apenas fortaleceu

a educação especial, mas também abriu novos caminhos para a promulgação de leis e decretos que visam a inclusão efetiva de alunos com deficiência.

Na década de 1990 foi promulgado o Decreto 3.298/1999, regulamentado pela Lei 7853/89. Este decreto implantou a Política Nacional para a Integração da Pessoa portadora de Deficiência orientando como deveria ser o ingresso dessas pessoas na sociedade. No mesmo decreto foi enfatizado na seção II, que era destinada para a educação, a importância do acesso à educação, estabelecendo medidas prioritárias para garantir que pessoas com deficiência pudessem ingressar e se integrar ao sistema educacional.

Além do acesso, o decreto tratava da matrícula obrigatória em cursos regulares, da inclusão da educação especial em todos os níveis e da oferta gratuita de educação especial em instituições públicas. Foi enfatizada também a importância de oferecer recursos e suporte adequado para atender às necessidades específicas desses alunos, mas não foi especificado como seriam concretizados todos esses pontos nas escolas regulares de ensino.

A década de 1990 foi marcante em termos de legislação e debates sobre Educação Especial no Brasil. Um dos principais avanços foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90, que estabeleceu direitos fundamentais para crianças e adolescentes que visa à proteção integral da criança e do adolescente. Segundo Falqueto (2019)

Essa Lei causou reações diversas e contraditórias na sociedade e ainda hoje é mal interpretada, sendo vista como uma lei que incentiva a impunidade, o que não é verdade, pois a lei prevê medidas socioeducativas que servem para educar e punir quando necessário. (Falqueto, 2019, p 20)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) gerou reações mistas nas pessoas, frequentemente sendo mal interpretado como um estímulo para cometer atos ilegais. O autor esclarece que essa percepção é incorreta, já que o ECA inclui medidas socioeducativas que buscam tanto educar, quanto responsabilizar, garantindo que as crianças e adolescentes sejam tratados de forma justa, com foco no seu desenvolvimento e reintegração social.

Em 1994, a cidade de Salamanca, na Espanha, sediou a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, na qual os países participantes reafirmaram o seu compromisso de promover globalmente a Educação para Todos,

com uma abordagem inclusiva que atendesse a todas as pessoas. O resultado dessa conferência é a Declaração de Salamanca, que deixa claro que as escolas devem acolher todas as crianças, incluindo aquelas que são "deficientes e superdotadas, crianças em situação de rua ou que trabalham, e aquelas de origens remotas ou de populações nômades." (Declaração de Salamanca, 1994). Essa perspectiva de inclusão é essencial, pois esse "todos" implica que ninguém deve ser excluído. Dessa forma, a perspectiva da Educação Especial foi ampliada, iniciando um movimento em nível mundial de inclusão para todos.

Seguindo esse compromisso global com a inclusão, a Declaração de Salamanca de 1994, marcou importantes passos na inclusão educacional, ao induzir a promoção da educação para todos. Na esteira da Declaração, podemos citar um marco significativo na proteção dos direitos das pessoas com deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 e promulgada no Brasil apenas em 2009, pelo Decreto de n. 6.949/2009, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegura, não só o compromisso de promover e proteger os direitos humanos de pessoas com deficiência, mas também determina que os países signatários adotem medidas legislativas e administrativas para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso pleno a sociedade. Segundo o Art. 1 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009):

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009).

Mais que um documento, essa convenção representa uma mudança de mentalidade, pois reconhece a dignidade e as potencialidades de cada indivíduo, além de fortalecer o princípio de que a inclusão não se torna um favor, mas um direito fundamental. Assim, avançamos aos poucos na luta contra barreiras físicas, sociais, dentre outras, promovendo uma sociedade na qual todas as pessoas possam aprender e participar plenamente.

No contexto dos debates sobre a Convenção, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (PNEE/2008), que é um documento fundamental que reafirma o direito à educação inclusiva como um princípio que orienta a educação especial no país. A partir desse documento, houve um movimento contínuo para a adequação das escolas e dos sistemas de ensino, visando a garantia de acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência nas escolas comuns.

No entanto, os progressos obtidos com a PNEE foram ameaçados pelo Decreto nº 10.502/2020, que propôs uma nova política nacional de educação especial com um viés excludente. O decreto sugeria o retorno das escolas e classes especiais como alternativa ao ensino inclusivo, o que gerou preocupações entre os defensores dos direitos das pessoas com deficiência, pois representaria uma possível ameaça, na qual retrocederia o que tanto buscavam, a luta por uma educação mais igualitária e acessível para todos.

Além da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, temos a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como LBI, é uma lei que traz marcos importantíssimos relacionados a educação inclusiva e que promove os direitos de pessoa com deficiência, além de incluir diretrizes e princípios voltados para inclusão. Segundo Costa; Machado (2023):

O artigo 2º, inciso II, determina a educação como um dos direitos essenciais da pessoa com deficiência. Além disso, o artigo 28 da referida lei, indica que os sistemas de ensino devem garantir às pessoas com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino, o acesso a conteúdos, recursos e serviços da educação (Costa; Machado, 2023, p. 4)

Ou seja, fazer com que os alunos sejam incluídos nas escolas comuns, com materiais didáticos e pedagógicos adequados as suas necessidades específicas e também realizar formação continuada com os professores para o atendimento educacional especializado dos alunos com deficiência para que não haja segregação.

Além dos marcos legais, diversos documentos normativos e políticos contribuíram para consolidar a educação inclusiva no Brasil, como as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009), que orientam a oferta do atendimento educacional especializado nas escolas comuns, de modo a complementar ou suplementar à formação dos alunos. A implementação dessas diretrizes tem sido fundamental para promover práticas pedagógicas inclusivas e adaptadas às necessidades específicas de cada aluno.

No contexto contemporâneo, a educação inclusiva no Brasil enfrentou e enfrenta desafios regulares e constantes, como a necessidade de melhorar a formação continuada de professores, a adequação das estruturas físicas das escolas, a necessidade de fortalecimento das parcerias entre diferentes esferas governamentais e a sociedade civil, além do combate à exclusão que alunos com deficiência sofrem constantemente nas escolas.

Sabe-se que o acesso, à permanência e a participação dos alunos com deficiência nas escolas regulares não é fácil, pois a exclusão se manifesta de várias maneiras possíveis, sendo elas visíveis ou não. Segundo Mantoan (2003):

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (Mantoan, 2003 p.13).

A autora chama a atenção para a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e flexível na educação, que não apenas aceite a presença de diferentes grupos, mas também esteja disposta a reestruturar e repensar os conhecimentos e métodos pedagógicos, pois isso é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam ter acesso efetivo ao aprendizado e à participação plena no ambiente escolar.

As políticas de inclusão trouxeram um novo significado para o tratamento dessas crianças, uma nova forma de educar e uma educação que alcance a todos, um ensino que seja heterogêneo, ressaltando a importância da ação do sistema de ensino e principalmente do professor regente em sala de aula, pois como afirma Glat (2018) “[...] mesmo existindo na escola o apoio do professor especialista, é muito mais importante a ação do professor/a regente, pois a educação se dá em sala de aula comum, sendo sua responsabilidade ensinar a todos [...]”. Conforme o autor:

A lei por si mesma não resolve os impasses referentes a inclusão, é necessário que haja reflexões destas leis e em seguida a prática, para isso exige a atuação de toda a sociedade escolar, incluindo a família, pois “há inúmeras variáveis que contribuem para o distanciamento entre o discurso (teoria) que reconhece a colaboração docente como fator imprescindível para promover a escolarização de alunos com deficiências e as ações (prática) [...]” (Glat, 2018, p.13).

É possível constatar que a formação inicial e continuada é insuficiente para atender a diversidade dos alunos, além de também não haver formação para todos que fazem parte do ambiente escolar, “muito tem sido dito sobre a precária formação inicial e continuada dos professores e demais agentes educacionais para lidar com a diversidade do alunado, agora presente em nossas escolas” (Glat, 2018, p.11). A educação especial é uma área que exige muito conhecimento, e por se tratar de pessoas diversificadas o trabalho é muito mais desafiador. De acordo com Aranha (2009):

Cada escola tem a responsabilidade de elaborar projetos que visem alcançar e atender necessidades das famílias de seus alunos, possibilitando essa aproximação e favorecendo seu envolvimento. Esses projetos devem ter como objetivos atender necessidades mais frequentes nas famílias de seus alunos, como por exemplo: capacitação para geração de renda, capacitação para auto-gestão, capacitação para conhecimento da legislação, dentre outros (Aranha, 2004, p.18).

Em suma, a trajetória da educação inclusiva no Brasil reflete não apenas avanços significativos, mas também desafios persistentes. A evolução da legislação e a conscientização social são fundamentais para garantir que todos os alunos (as), independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

2.2 A educação Inclusiva no Maranhão:

Foram muitos os avanços no campo educacional, principalmente na área da educação especial. Por muitos anos vem se discutindo sobre a inclusão de crianças com deficiência na escola regular, tendo em vista que a Constituição Federal do Brasil (1988) deixou claro que "a educação é um direito de todos e dever do estado e da família", embora a Constituição não mencione explicitamente o termo 'educação inclusiva', ela estabelece princípios que garantem esse direito aos educandos.

São várias as leis e as políticas públicas que buscam a promoção da educação especial e inclusiva no País, uma delas é a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que se torna um documento norteador importante com objetivos a serem alcançados pelo governo e, no que se refere ao Maranhão, também enfrentamos desafios constantes, sejam eles sociais, econômicos ou estruturais.

Ao longo das décadas, a educação especial no Maranhão passou por várias transformações. Inicialmente, as iniciativas eram limitadas e focadas em classes especiais, como evidenciado por Carvalho; Bonfim (2016), que afirmam que a implantação e a expansão dos serviços de Educação Especial no Maranhão seguiram as diretrizes políticas nacionais, predominando a criação de classes especiais na rede pública estadual. No entanto, a realidade atual ainda apresenta desafios significativos. Costa; Machado (2023) destacam que o Maranhão enfrenta barreiras sociais e educacionais como a falta de infraestrutura adequada e escassez de recursos, dificultando a implementação efetiva da educação inclusiva.

O termo educação especial no estado do Maranhão só foi de fato aparecer por volta dos anos de 1962/1964 nas iniciativas privadas, quando houve a criação de classes especiais para alunos com deficiência intelectual e auditiva e outra para deficientes visuais, a partir desses feitos teve-se a criação da Escola de cegos (ESCEMA) do Maranhão no estado.

Essas primeiras iniciativas de educação especial no Maranhão surgiram em um contexto onde a educação para pessoas com deficiência ainda era vista como um privilégio e não um direito a ser garantido. A criação da Escola de Cegos do Maranhão, foi um marco importante para a educação especial e para a inclusão de pessoas com deficiência visual, porém, ainda com uma visão mais assistencialista do que inclusiva. Nessa época, a educação inclusiva, como a conhecemos hoje, ainda não era amplamente discutida e o foco ainda estava mais na criação de espaços especializados, do que na adaptação e inclusão no ensino regular. Segundo Bueno (1993):

Em suma, o período anterior ao advento e desenvolvimento da sociedade moderna é considerado como um longo período de gestação, em que as atitudes para com os excepcionais oscilaram entre os maus tratos e a piedade, situação que se modifica na nova sociedade, na medida em que vão sendo oferecidas oportunidades educacionais e de integração social aos deficientes, até se chegar aos dias de hoje, em que sua integração se efetiva ou está em vias de se concretizar (Bueno, 1993, p.57).

Compreende-se que a evolução das atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência é um reflexo das transformações mais amplas na sociedade, que aos poucos foram conquistando uma visão mais humanitária e inclusiva.

Com o passar dos anos houve a criação do Projeto Piêiade, cuja finalidade era a de “[...] promover a educação de crianças, adolescentes e adultos excepcionais, assim como o aperfeiçoamento e treinamento de pessoal para o campo de ensino especial [...]” (Carvalho; Bonfim, 2016 p.179).

O Projeto Piêiade, a partir da década de 1970 foi ampliado e teve um papel crucial na promoção da educação inclusiva ao promover um número maior de classes especiais e capacitar profissionais. Este projeto não apenas atendeu às demandas educacionais de crianças com deficiência, mas também incentivou a formação contínua de educadores, promovendo uma abordagem mais integrada e inclusiva na educação. A ampliação do projeto resultou em um aumento significativo na matrícula de alunos com deficiência, refletindo uma mudança positiva na percepção social sobre a educação inclusiva. O projeto ganhou grande repercussão na época e aos poucos foi se expandindo e ganhando espaço em várias cidades do estado.

Além desse projeto e dos vários avanços nas políticas educacionais, o Maranhão também teve a elaboração do Plano Estadual de Educação (PEE), que teve como referência o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE é um documento que estabelece 20 metas para a garantia do acesso a uma educação de qualidade, já o PEE é um documento diagnóstico do estado no qual constam as metas e estratégias para educação do município. Segundo Costa; Machado (2023):

[...] o PEE e o PME preveem 11 estratégias. De maneira geral, as estratégias delineadas nesses documentos englobam uma variedade de áreas, incluindo serviços educacionais, formação de professores, financiamento, pesquisa, acessibilidade arquitetônica, coordenação interinstitucional, envolvimento das famílias, coleta de estatísticas, definição de indicadores de qualidade e a implementação de políticas de avaliação e supervisão para instituições públicas e privadas (Costa; Machado, 2023, p.9).

O Plano Estadual de Educação do Maranhão, alinhado ao PNE, é um documento relevante, tanto no planejamento, como no desenvolvimento da educação do estado. As suas 11 estratégias para a educação buscam garantir melhorias, tanto estruturais, como pedagógicas, que vão desde a formação docente, perpassando a acessibilidade e a avaliação do ensino. O PEE se torna um instrumento essencial para nortear as políticas educacionais no Maranhão e que ao mesmo tempo promove avanços na garantia de uma educação pública de qualidade.

Diante do exposto, a educação especial foi gradualmente se transformando no Maranhão e a partir de então, a busca passou a ser pela inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares, visando promover, não só o acesso à educação,

mas também a socialização e o desenvolvimento pleno desses alunos em ambientes mais inclusivos. No entanto, o processo de transição para um modelo de educação inclusivo vem sendo incorporado de maneira lenta e contínua enfrentando desafios, especialmente nas áreas mais remotas do estado, em que faltam recursos financeiros e políticos que atendam as pessoas com deficiência.

2.3 Gestão escolar inclusiva: reflexões sobre o papel do gestor na promoção da inclusão

A importância de promover o processo de ensino em ambientes educacionais tem suscitado discussões significativas. Este é o ponto de partida para a ideia de planejar, organizar e engajar os atores sociais para potencializar a busca por transformações propositais e positivas na qualidade do ensino, bem como na gestão escolar. Nesse sentido, Luck (2009) afirma que:

Gestão escolar é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (Luck, 2009, p. 24).

O autor enfatiza a importância de uma gestão escolar que não apenas siga as diretrizes e políticas educacionais, mas que também promova um ambiente educacional autônomo e participativo. Luck (2009) sugere que a gestão escolar deve ir além da administração de recursos e processos, deve ser uma prática que envolve a dinâmica cultural da escola, alinhando-se com os princípios democráticos e fomentando a participação ativa de todos os envolvidos, criando condições para que a escola funcione como um espaço de colaboração e autocontrole, no qual planejamento e a organização sejam realizados de forma a potencializar a qualidade do ensino e a efetividade desta gestão.

No que diz respeito à escola, enquanto espaço educativo, essa instituição desempenha uma junção fundamental na promoção da democracia, possibilitando que as classes populares adquiram conhecimentos sistemáticos e melhorem suas condições sociais e políticas (Costa et al., 2018). A escola proporciona acesso democrático ao conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo dos

alunos e incentivando-os a compreender e transformar o ambiente em que vivem (Souza, 2018).

Diante disso, a gestão escolar inclusiva envolve práticas educacionais que visam garantir a participação e o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas características individuais ou necessidades específicas. Conforme Almeida (2022):

Pensamos na inclusão como forma de oportunizar aos estudantes a possibilidade do novo, da dialogicidade dos sujeitos, de uma sociedade melhor, que formem seres pensantes independentes de suas características pessoais, que possam frequentar um ambiente de encontros, ou de aprendizagem outras com diferentes pessoas (Almeida, 2022 p.34).

Ao enfatizar a "dialogicidade dos sujeitos", o autor sugere que a inclusão deve propiciar um ambiente no qual os alunos possam se engajar em processos de aprendizagem colaborativa, que contribuem para a formação de indivíduos críticos e independentes. Dessa forma, a gestão escolar inclusiva, segundo Almeida (2022), deve promover um espaço de encontros e trocas, enriquecendo a experiência educativa.

A gestão escolar inclusiva abrange uma abordagem educativa que respeita a diversidade e busca criar um ambiente escolar acolhedor e equitativo. No entanto, a implementação dessa gestão requer a atuação ativa e consciente dos gestores, que desempenham uma função crucial na mediação de práticas pedagógicas acessíveis e na construção de um ambiente educacional inclusivo.

Nesse sentido, para a consolidação da atual proposta de educação inclusiva, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento dos programas a serem implementados. "Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas" (Sant'ana, 2005, p. 228 *apud* Ornelas, 2023, p.31)

De acordo com o autor, é importante a colaboração de todos os membros da equipe escolar para garantir a efetivação da inclusão escolar e embora docentes, diretores e funcionários desempenhem funções específicas no ambiente escolar, a educação inclusiva só acontece com qualidade quando há um esforço conjunto e coordenado. Isso significa que, para que a proposta de educação inclusiva seja implementada, é essencial que todos os envolvidos no processo educativo trabalhem em sintonia, compartilhando responsabilidades e estratégias. Assim, concordamos

sublinha que a inclusão escolar não é responsabilidade de um único grupo, mas sim um compromisso coletivo que requer planejamento integrado e ação conjunta para ser de fato efetiva.

De acordo com Azevedo (2022), a educação inclusiva vai além da simples adaptação de espaços físicos para alunos com deficiência. A autora destaca que muitos gestores ainda restringem o conceito de inclusão à educação especial, sem uma compreensão mais ampla sobre a diversidade nas escolas, o que limita as ações inclusivas. Para Azevedo (2022), a gestão escolar deve promover uma inclusão que considera a diversidade presente no ambiente escolar, como questões de gênero, etnia, religião, condições socioeconômicas e deficiências.

A inclusão não deve ser entendida apenas como um atendimento às necessidades de alunos com deficiência, mas como um processo contínuo de respeito às singularidades de todos os estudantes. Essa visão amplia o conceito de inclusão, exigindo dos gestores uma postura proativa e colaborativa na construção de políticas e práticas educacionais que promovam a igualdade de oportunidades. No entanto, a pesquisa de Ornelas (2023) revela que muitos gestores demonstram desconhecimento sobre os princípios fundamentais da gestão inclusiva, o que acaba refletindo nas práticas pedagógicas implementadas nas escolas em que atuam.

Diante do exposto, podemos afirmar que a implementação de uma gestão escolar inclusiva não está isenta de desafios. A falta de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados são questões frequentemente mencionadas também pelos gestores, como destaca o estudo de Azevedo (2022). Muitos gestores relatam que suas escolas não dispõem de recursos suficientes para atender de maneira eficaz às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, a ausência de formação continuada e de capacitação específica para lidar com a diversidade educacional limita a atuação dos gestores e docentes no ambiente escolar.

Além da questão estrutural, há também o desafio cultural. Muitos gestores e professores ainda têm dificuldades de enxergar a inclusão como um direito fundamental de todos os alunos e não apenas daqueles com deficiência. Essa visão restrita pode levar à implementação de políticas que, ao invés de promoverem a inclusão, reforçam práticas de segregação. A pesquisa de Valença et al. (2024) reforça a importância de um trabalho conjunto entre gestores, professores e famílias para superar essas barreiras, promovendo a conscientização sobre a diversidade e a inclusão no ambiente escolar.

Apesar das dificuldades, a gestão escolar inclusiva pode transformar o ambiente educacional e melhorar significativamente a qualidade de vida dos alunos. A criação de espaços acolhedores e a promoção de práticas pedagógicas diferenciadas também são estratégias essenciais para alcançar esses objetivos, assim como o envolvimento das famílias e da comunidade no processo de inclusão escolar, é um fator fundamental para o sucesso das políticas inclusivas.

Os avanços obtidos nas últimas décadas relativos as leis, documentos oficiais, estudos e pesquisas sobre a educação inclusiva precisam ser materializados em ações pedagógicas que promovam o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com deficiência e o gestor deve ser o principal agente de defesa e realização da educação inclusiva no âmbito escolar.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A escolha da abordagem metodológica é fundamental para garantir a validade e a confiabilidade de uma pesquisa. Neste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com aplicação de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Essa escolha possibilitou uma compreensão mais ampliada da gestão escolar inclusiva e sua influência na promoção a respeito à diversidade humana na escola.

A metodologia refere-se ao caminho que os pesquisadores percorrem para organizar e realizar a pesquisa, fundamentando-se em referenciais teóricos que orientam o processo. Diante disso, a metodologia dá o principal direcionamento ao pesquisador, levando em consideração critérios científicos e pressupostos teóricos. [...] “Não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados que permitam a aproximação do objeto de estudo” (Piana cap. 5), ou seja, não se pode enxergar a pesquisa como ato isolado e nem indeterminado. A pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos que são fundamentais.

Diante disso, a abordagem realizada no presente estudo, que é a abordagem de pesquisa qualitativa, que tem como definição, segundo Denzin; Lincoln (2006), o envolvimento do pesquisador em uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam seus objetos de pesquisa nos contextos nas quais estão inseridos, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira; Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A pesquisa qualitativa é então caracterizada pela busca de significados e interpretações dos fenômenos estudados. Segundo Denzin; Lincoln (2020), essa abordagem permite analisar contextos sociais e educacionais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, dando ênfase às suas experiências e percepções. No contexto da realização deste trabalho, a pesquisa qualitativa nos possibilitou compreender as práticas adotadas pelos gestores escolares, bem como os desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva. Essa abordagem se justifica, pois, como apontam Costa; Machado (2023), a educação inclusiva não pode ser

analisada apenas por meio de dados quantitativos e sim por meio da escuta ativa dos envolvidos no processo.

Também optamos neste trabalho pela pesquisa exploratória, que é uma abordagem metodológica que investiga fenômenos pouco conhecidos e explorados, além de buscar compreender melhor um problema específico. “Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (Gil, 2002, p. 41). Essa flexibilidade nos ajuda na geração de hipóteses e na identificação de informações que podem ser utilizadas para estudos futuros.

Realizamos uma revisão bibliográfica, caracterizada pela análise de obras e documentos existentes sobre gestão escolar inclusiva. A revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir e compreender o conhecimento teórico já produzido sobre a temática em questão, possibilitando uma análise crítica acerca da função do gestor escolar como mediador de práticas inclusivas para alunos com e sem deficiência. Foram encontrados artigos científicos, dissertações e teses, além da legislação e documentos oficiais relacionados à inclusão educacional e à gestão escolar inclusiva. As buscas foram realizadas em bases de dados acadêmicas como Google Acadêmico, Scielo e CAPES, utilizando palavras-chave como "gestão escolar inclusiva", "acessibilidade educacional", "gestão escolar" e "educação de alunos com deficiência".

A análise das fontes envolveu a identificação de conceitos centrais sobre gestão escolar e educação inclusiva, sendo que as informações foram organizadas e discutidas de forma a proporcionar uma visão crítica sobre a mediação das práticas pedagógicas inclusivas na Unidade Escolar Wilson Felix, localizada no município de Bacabeira - MA. Essa análise com base na fundamentação teórica serviu como base para discutir os desafios e as perspectivas na implementação de práticas mais inclusivas.

A caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa foi definida com base na seleção de uma escola pública que atende crianças que estão do 1ª ao 5ª ano do ensino fundamental. Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos de forma intencional, considerando sua participação direta na gestão e implementação da educação inclusiva. Assim, o grupo entrevistado incluiu a equipe gestora, 4 professores do ensino regular, 1 professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e demais profissionais que atuam no suporte aos alunos com deficiência.

A pesquisa de campo foi realizada na Unidade Escolar Wilson Felix que, atende alunos do ensino fundamental I (de 1º ao 5º ano). O estudo ocorreu no mês de novembro, com o objetivo de coletar os dados, quando nos aproximamos dos funcionários da escola para compreendermos melhor o contexto educacional no qual estavam inseridos.

A escolha dessa escola se deu com base na sua localização na zona rural do município de Bacabeira - MA, o que nos permite uma análise sobre as dinâmicas educacionais enfrentadas neste local, como limitações de recursos e infraestrutura. Além disso, a escola nos permite ter uma visão mais fidedigna sobre como as instituições mais afastadas da capital do estado enfrentam desafios e oportunidades, proporcionando uma perspectiva importante para o estudo. Outro critério de escolha foi por ser a única escola das 3, localizadas em Peri de Cima (bairro da cidade), a receber crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Para a geração de dados foi utilizado como instrumento de coleta, a entrevista do tipo semiestruturada, pois segundo Prodanov; Freitas (2013, p. 106) neste tipo de entrevista, “não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, têm mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção”.

A entrevista é um instrumento útil para coletar informações de pesquisa, já que podem contribuir com a compreensão do objeto pesquisado. Segundo Prodanov; Freitas (2013, p. 106), “[...] sempre realizada face a face (entrevistador mais entrevistado); a entrevista também pode ou não ser realizada com base em um roteiro de questões preestabelecidas e até mesmo impressas, [...]”. Portanto, se caracteriza como uma forma de interação social, na qual o pesquisador busca coletar os dados.

Após os dados coletados e transcritos foram realizadas as análises das respostas, discutidas à luz dos autores que embasam a temática. As entrevistas foram realizadas com 1 gestor, 1 psicopedagoga, 1 professora de AEE e 4 professoras da sala de aula regular, totalizando 7 participantes. Essa foi a quantidade de participantes, por que os demais professores da escola não quiseram participar da pesquisa. Esses participantes foram selecionados com base em critérios específicos: a experiência profissional, tempo de atuação na rede municipal de Bacabeira e a relevância de suas funções no contexto da Unidade Escolar Wilson Felix. A entrevista semiestruturada foi escolhida por permitir flexibilidade na condução da conversa, possibilitando aprofundamento em temas relevantes (Azevedo, 2022).

Ao final, a metodologia adotada neste estudo permitiu uma análise crítica sobre a gestão escolar inclusiva, possibilitando reflexões sobre práticas eficazes e desafios enfrentados na implementação da inclusão educacional. Dessa forma, o estudo contribuiu para a compreensão dos fatores que influenciara o sucesso da educação inclusiva no contexto escolar, destacando a importância de uma gestão escolar comprometida com a diversidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, foram analisados os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com um grupo de participantes selecionados com base em critérios específicos e os dados foram analisados com o objetivo de identificar padrões, temas e percepções relevantes para a pesquisa. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa foram categorizados da seguinte forma:

Quadro 1- Categorização dos sujeitos da pesquisa

	Sujeitos da pesquisa	Sigla
Equipe gestora	Diretora	DR
Equipe pedagógica	Professora de AEE	PA
	Psicopedagoga	PS
Professoras do ensino fundamental	Professora 1ª ano	P1
	Professora 2ª ano	P2
	Professora 2ª ano	P3
	Professora 3ª ano	P4

Fonte: Elaborado pela autora

A equipe gestora é representada pela Diretora (DR), enquanto a equipe pedagógica é composta por profissionais, como a professora de atendimento educacional especializado (PA) e a psicopedagoga (PS), além das professoras do ensino fundamental, que são subdivididas por ano letivo (P1, P2, P3 e P4). Todas as entrevistadas são formadas em pedagogia, a diretora possui especialização em gestão, a professora de AEE, especialização em educação especial e a professora (P4) especialização em psicopedagogia. Todas as professoras participantes da pesquisa atuam na rede municipal de Bacabeira, e o tempo de serviço delas varia entre 2 e 36 anos, a (P1-2 anos), (P2- 36 anos), (P3- 18 anos) e (P4-5 anos).

Destacamos que escolhemos a escola Wilson Félix como campo de pesquisa, porém a entrevista realizada com a professora de atendimento educacional especializado (AEE) foi efetuada com a professora que atua na sala de recursos multifuncional da Unidade Escolar Cristo Redentor. Essa escolha se deve ao fato de que os alunos da Escola Wilson Félix que necessitam desse atendimento são encaminhados para o Cristo Redentor, pois a Wilson Félix não dispõe de uma Sala de Recursos Multifuncional.

Em relação a psicopedagoga, essa profissional está lotada na escola Wilson Félix, realiza os atendimentos nesta escola, mas também se desloca para realizar

atendimentos em outras escolas que não possuem psicopedagogas em seus quadros de funcionários.

Como forma de contextualizar o campo de pesquisa, apresentamos a seguir uma foto da fachada da escola na qual essas profissionais atuam e algumas informações sobre a escola.

Figura 1 - Foto da fachada da Unidade Escolar Wilson Félix



Fonte: Autora, 2024.

A Unidade Escolar Wilson Felix está localizada na Travessa do Engenho, s/n, Peri de Cima, no município de Bacabeira – Maranhão. A escola, que está sob a responsabilidade da administração municipal, oferece o ensino fundamental (1ª ao 5º ano), nos turnos matutino e vespertino. No ano de 2024, a Unidade Escolar Wilson Felix contava com cerca de 150 alunos matriculados e 8 professoras em seu quadro de funcionários. A escola possuía 5 turmas ao total que funcionavam da seguinte forma: um 1º ano, dois 2º anos e um 3ª ano pela manhã e na parte da tarde funcionavam um 3º ano, dois 5ª e um 4º. Essas informações foram acrescentadas para contextualizar melhor o local em que trabalham as entrevistadas desta pesquisa.

4.1 Análise das entrevistas realizadas com a equipe gestora e pedagógica

A primeira questão dizia respeito aos cursos relacionados à área da educação especial/inclusiva, se elas já tinham feito algum e se poderiam citar alguns deles, pois avaliamos que esse deveria ser o ponto de partida para a compreensão das percepções dos profissionais envolvidos. As entrevistadas deram as seguintes respostas:

Sim, Dificuldade de aprendizagem, Dislexia, TEA e TDAH, Estratégias para sala de aula, práticas inclusivas na Intervenção da criança com TEA, Neurociência na Escola, inclusão do aluno com Autismo, etc (DR).

Sim. Foram muitos, tanto que hoje tenho especialização na área da educação especial (PA).

Sim, são muitos, tanto que tenho pós em psicopedagogia (PS).

As respostas das entrevistadas nos mostram que elas já tiveram contato com materiais e fizeram cursos voltados para a inclusão e o atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem, especialmente relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sendo que PA e PS afirmam ter formação em nível de pós-graduação, pois mencionam suas especializações em educação especial e em psicopedagogia, evidenciando um reconhecimento da importância do tema e um interesse por formação na área.

A segunda questão pedia para que elas falassem um pouco sobre o que entendem por educação inclusiva, as mesmas responderam:

A Educação inclusiva pra mim é um modelo de ensino que tem por objetivo garantir que todas as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade e participe das atividades juntos com os demais colegas independentemente de suas necessidades (DR).

É um modelo de ensino que visa assegurar a todos os alunos acesso, participação e aprendizagem independentemente de suas características e necessidades (PA).

A garantia de uma educação de qualidade, que visa o acesso participativo de aprendizagem a todos, buscando a igualdade e respeito, independentemente de suas necessidades, diferenças, raças ou cor (PS).

As entrevistadas demonstram uma compreensão bastante abrangente sobre o que é inclusão, evidenciando uma preocupação com a participação desses alunos em atividades, no acesso à escola, independentemente de suas necessidades específicas. As respostas nos revelaram que elas entendiam a educação inclusiva como um direito e uma prática essencial para promover a qualidade do ensino no ambiente escolar. Nesse sentido Glat (2003) aponta que a inclusão é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora [...] e que o aluno quando incluído tem mais possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Também perguntamos quantos alunos com deficiência a escola possui no ano de 2024 e quantos alunos as PA e PS atendiam por dia, elas responderam:

10 alunos (DR).

Em média 4 atendimentos por dia (PA).

Mais ou menos 12 por dia (PS).

As respostas evidenciaram a demanda por suporte educacional especializado, o que reforça a importância de mais estratégias eficazes para conseguirem atender a todos esses estudantes da melhor forma e individualizada. A entrevistada PA ainda relatou que *“apesar do número parecer pouco, ainda existem muitas crianças que não conseguem o atendimento por falta de mais profissionais e vagas na rede pública do município”*. Diante disso, entende-se que o município de Bacabeira - MA ainda precisa ocorrer mudanças no quesito de organização e planejamento, para que todos os alunos tenham o acesso necessário a um ensino de qualidade e adequado às suas necessidades. Essas questões também foram evidenciadas quando perguntamos sobre os critérios da secretaria de educação, para conseguir os serviços da Educação Especial? Quais são esses serviços? Esses serviços são suficientes para atender a demanda? As entrevistadas DR e PA responderam:

Uma boa comunicação, ser um bom profissional e ter conhecimento específico da área que atua. Às vezes não, são muitas as demandas (DR.)

Os serviços ofertados pelo Atendimento Educacional Especializado dão-se na sala de recursos multifuncional e as terapias com a equipe multifuncional e não atendem a demanda do município (PA).

Os serviços ofertados pela educação especial incluem o atendimento educacional especializado (AEE), que é realizado na sala de recursos multifuncional, na qual os alunos com deficiência frequentam em seu contraturno de aula, visando dar suporte complementar ao ensino regular, também envolvendo estratégias e recursos adaptados, de acordo com as necessidades de cada aluno. Além disso, a equipe multifuncional do município de Bacabeira - MA é composta por profissionais como a psicopedagoga, psicóloga, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, professora de AEE e o médico neurologista (que no momento está em fase de contratação). Para solicitar esses serviços na secretaria de educação é necessário apresentar alguns documentos, como: documentos pessoais do estudante e do responsável, relatório elaborado pela escola e laudo médico com a CID, caso o estudante já seja laudado.

Percebemos que apesar dos serviços ofertados, o atendimento educacional especializado é insuficiente mediante a demanda existente, resultando em

atendimentos limitados e sobrecarga dos profissionais. No município há uma demanda constante por atendimentos, pois até o ano de 2024, em todo o município havia somente 4 salas de recursos multifuncionais, sendo elas localizadas nas escolas da Unidade Integrada Cristo Redentor, Escola Conêgo, Escola Municipal Osvaldino e a Escola Raimundo Aquino. Além dessas, a Escola Ivar Saldanha também passou a contar com uma sala de recursos este ano, em 2025.

Essa dificuldade é reforçada por Azevedo (2022), que afirma que a escassez de professores e profissionais capacitados para lidar com alunos com deficiência impacta diretamente a qualidade da inclusão, uma vez que o sucesso desse modelo depende da atuação de uma equipe multidisciplinar bem preparada.

Outra questão mencionada foi relacionada às ações que a escola e o município desenvolvem para garantir o direito à inclusão dos alunos com deficiência, elas responderam que são feitas:

Palestra, Roda de leitura, etc (DR).

Existem algumas ações, porém ainda são poucas (PA).

Temos algumas formações, mas não atendem às necessidades dos professores e alunos (PS).

As respostas das entrevistadas sobre as ações realizadas pela escola e pelo município para garantir o direito à inclusão dos alunos com deficiência refletem, tanto esforços, quanto limitações, no processo de inclusão escolar.

A entrevistada DR aponta que são realizadas algumas ações com o intuito de promover a conscientização sobre a inclusão e sensibilizar a comunidade escolar. Embora essas iniciativas sejam positivas e fundamentais para a criação de um ambiente mais inclusivo, ainda falta muito para se chegar de fato em algo mais abrangente. Por mais que essas ações sejam valiosas, não garantem mudanças na dinâmica de ensino, especialmente no que diz respeito ao atendimento individualizado dos alunos com deficiência. Em suma, embora a escola e o município estejam promovendo algumas ações voltadas para a inclusão, as respostas indicam que essas iniciativas ainda são limitadas e precisam ser ampliadas e mais direcionadas para garantir que todos os alunos tenham acesso e um ensino de qualidade e às adequações necessárias. Nas palavras de Mantoan (2003):

[...] o futuro da escola inclusiva depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. Se ainda hoje esses projetos se resumem a experiências locais, estas estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, porque têm a força do óbvio e a clareza da simplicidade (Mantoan, 2003, p.48).

Mantoan (2003) reforça a ideia de que, embora tais projetos possam ser viáveis e demonstrar eficácia quando implementados de maneira simples e clara, ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão seja realmente efetiva e abrangente. As ações mencionadas pelas entrevistadas, como palestras e rodas de leitura, são passos importantes para sensibilizar a comunidade escolar, mas como Mantoan (2003) aponta, ainda são experiências pontuais e não refletem uma transformação profunda e estruturada das escolas.

Fizemos uma pergunta específica para as entrevistadas PA e PS, que foi sobre as ações que elas desenvolviam para garantir o direito à inclusão no município, já que elas estão na linha de frente com as crianças que possuem alguma deficiência, transtornos, dentre outros, elas responderam:

A nós professores cabe fazer levantamento da demanda de alunos público alvo da educação especial no entorno da escola e assegurar a eles matrícula na sala de recursos, bem como encaminhamentos para a coordenação de Ed. Especial para que a mesma providencie outros acompanhamentos (PA).

Fazemos um levantamento das crianças da educação especial, atendemos também aqueles que não possuem laudo, a secretaria manda a listagem e atendemos estas crianças, temos espaços próprios para isso (PS).

Percebemos em suas falas que ambas desempenham uma função importante na garantia do direito à inclusão escolar, sendo responsáveis por levantamentos da demanda dos alunos com deficiência ou outros transtornos, com o objetivo de garantir o atendimento especializado necessário. Ambas as respostas evidenciaram que as ações realizadas pelas entrevistadas são essenciais para que os alunos com deficiência, tenham acesso aos serviços de apoio adequados.

Perguntou-se a elas como enxergavam a atuação dos gestores escolares para a inclusão dessas crianças no município de Bacabeira? PA e PS responderam:

O olhar dos gestores, não só do município de Bacabeira, mas como um todo ainda é de um processo de inclusão fundamentado em laudo, vindo a

deficiência e não os alunos e suas capacidades de aprenderem levando em conta suas necessidades específicas (PA).

Não acompanho muito a atuação dos gestores, mas acho importante que eles sejam ativos, pois os gestores e professores são as pessoas que estão dentro das escolas e é a partir do olhar deles que os primeiros passos são dados (PS).

As respostas das entrevistadas nos dão diferentes perspectivas sobre a atuação dos gestores escolares em relação à inclusão de alunos com deficiência. A resposta de PA apontou uma crítica importante: ela observava que os gestores, tanto em Bacabeira quanto em outras localidades, ainda adotava uma abordagem de inclusão focada em laudos médicos, o que tende a reforçar a visão da deficiência como um problema, em vez de considerar as capacidades e as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos. Essa visão, na maioria das vezes, limita as possibilidades de adaptação e apoio necessários para promoção da inclusão. Já PS destacou a relevância da atuação ativa dos gestores e professores, reconhecendo que, apesar de não acompanhar de perto as ações dos gestores, são esses profissionais que têm contato direto com os alunos e podem tomar as primeiras iniciativas. Segundo Vieira (2019):

O despreparo da maioria das escolas para atender às demandas e exigências contidas na Política Nacional [...] parecem indicar uma preocupação mais efetiva do poder público na implementação da Política de Educação Inclusiva, o que ressalta ainda mais a importância do investimento por parte dos gestores escolares em sua própria preparação para trabalhar com qualidade na busca de uma escola, de fato, inclusiva (Vieira, 2019, p.16).

Os gestores escolares, assim como os professores, precisam se preocupar com sua autoformação, já que as formações oferecidas pelos municípios não suprem suas necessidades. Percebemos, então, que ambas as respostas apontam para a necessidade de um olhar mais sensível e atento às realidades e necessidades dos alunos, além da importância do envolvimento ativo dos gestores e educadores no processo inclusivo.

Por último, perguntamos sobre as maiores dificuldades enfrentadas pela escola para que a inclusão realmente aconteça e elas disseram que essas dificuldades eram:

A falta de infraestrutura, a falta de equipamentos e o déficit de profissionais especializados (DR).

Acho que a infraestrutura das escolas e formações continuadas para os profissionais, pois quase não tem (PA).

A falta de profissionais mais qualificados, temos pessoas na rede pública atuando como professores que não possuem nem ensino médio completo. Além de equipamentos que também não possuímos (PS).

Notou-se que os principais desafios relatados pelas entrevistadas é a falta de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos alunos com e sem deficiência. Segundo elas, muitas escolas não dispõem de recursos básicos. Esse problema é amplamente documentado na literatura, conforme apontam Valença et al. (2024), que destacam que a ausência de infraestrutura acessível é uma das maiores barreiras para a inclusão escolar efetiva. Além da falta de infraestrutura adequada, outro obstáculo significativo identificado na entrevista é o déficit de profissionais especializados, o que cada vez mais vem se tornando algo emergente nas escolas. A formação docente é um dos pilares da inclusão, pois permite que os educadores adquiram estratégias pedagógicas adequadas para trabalhar com a diversidade na sala de aula. Como destaca Valença et al. (2024), investir na formação continuada dos professores é essencial para superar desafios e garantir um ensino com mais qualidade.

Apesar dessas dificuldades, as entrevistas revelaram algumas oportunidades, ações e boas práticas implementadas pela escola para fortalecer a inclusão. Essas ações promovem um ambiente mais acolhedor e reduzem preconceitos, como enfatiza Costa; Machado (2023), que apontam que a cultura escolar é um dos fatores determinantes para o sucesso da inclusão.

Diante desse panorama, percebe-se que a educação inclusiva enfrenta desafios estruturais e culturais significativos, mas também apresenta oportunidades para avanços. A superação desses obstáculos requer políticas públicas mais eficazes, investimento na formação docente e uma mudança de mentalidade sobre o conceito de inclusão. Como aponta Almeida (2022), a inclusão escolar não deve ser vista como um desafio isolado, mas como um compromisso coletivo que envolve toda a comunidade escolar.

Portanto, para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é necessário que as escolas adotem estratégias que vão além da simples adaptação física, promovendo um ensino verdadeiramente acessível e equitativo. A experiência relatada pelas entrevistadas demonstra que, apesar das dificuldades, há um esforço contínuo para transformar a escola em um espaço mais inclusivo. O desafio, agora, é expandir essas

práticas e garantir que todos os alunos possam aprender e se desenvolver plenamente no ambiente escolar.

4.2 Análise das entrevistas realizadas com as professoras

Neste tópico foram analisadas as respostas obtidas nas entrevistas com às professoras. Com o intuito de compreender melhor sobre seus entendimentos a respeito da educação inclusiva, algumas questões foram propostas e ao serem questionadas sobre se possuíam algum aluno com deficiência em sala, se tinham cursos e o que elas entendiam por educação inclusiva, elas nos responderam:

Tenho 3 alunos com deficiência na sala. Sim, possuo alguns cursos relacionados a educação especial e inclusiva. Para mim Educação Inclusiva é aquela educação que inclui a todos, sem exceções (P1).

Tenho 1 aluno. Quase não busco por esses cursos, até o momento só fiz um. Para mim Educação Inclusiva é igualdade e acolhimento (P2).

Não tenho nenhum. Já fiz dois cursos, não gostei muito, não é muito minha área. Educação inclusiva para mim é educação de qualidade e igual para todos (P3).

Sim, 2 alunos. Sempre que posso faço cursos relacionados a essa área. Educação inclusiva na minha opinião é uma educação de qualidade, onde todos participem sem exceções, é uma educação de respeito, de igualdade onde todos possam aprender independentemente de suas necessidades (P4).

Ao analisar as respostas, foram observadas diversas experiências e compreensões sobre a pergunta. Percebemos por parte de algumas, P1 e P4, um grande interesse e por parte de P2 e P3 nem tanto. Destacamos que a falta de cursos específicos ou de maior aprofundamento nas questões relacionadas à inclusão nas respostas de P2 e P3, deixa uma lacuna que pode ser crucial para o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais efetiva e inclusiva. Segundo Glat (2018):

De fato, um dos pressupostos conceituais básicos da proposta de Educação Inclusiva é que, mesmo quando envolve a mediação de um professor especialista, a escolarização se dá no espaço da turma comum. E a tarefa de ensinar a todos os alunos – inclusive aos que apresentam necessidades educacionais especiais – é, em primeira instância, do professor regente (Glat, 2018, p.11).

Os professores têm como função principal ensinar a todas as crianças independentemente de suas necessidades específicas e para isso ele precisa estar aberto a novas aprendizagens e conhecimentos, buscando atualização, estudando, pesquisando, trocando ideias e experiências.

Em outro questionamento, perguntamos de forma direta: a gestão da escola se envolve com o trabalho pedagógico realizado com alunos com deficiência? É realizado alguma ação para contribuir com o desenvolvimento desse aluno? De início, as professoras ficaram receosas ao responderem, mas logo falaram que:

Raramente, se envolvem (P1).

Mais ou menos, eles não possuem muito tempo (P2).

Sim, acompanham bastante (P3).

Existe uma parceria crescente entre gestor, professor, aluno e família, essa parceria vem contribuindo para o desenvolvimento acadêmico, social e comportamental da criança (P4).

Fica evidente nas respostas, que apesar de P3 e P4 responderem que existe esse acompanhamento por parte da gestão, a articulação entre a equipe pedagógica e os demais setores da escola ainda precisa ser mais atuante nesse sentido. Para Almeida (2022), uma gestão verdadeiramente inclusiva deve promover um trabalho colaborativo entre professores, especialistas, familiares e demais profissionais envolvidos no processo educacional. Isso implica a criação de espaços de diálogo, planejamento conjunto e acompanhamento contínuo dos estudantes.

Questionamos também sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), que é um documento pedagógico que é fundamental para dinamizar o ensino, já que neste documento são estabelecidas estratégias, adaptações curriculares e metodologias que incluam o estudante no ambiente escolar. Segundo Valadão; Mendes (2018):

A proposta do PEI pode ser traduzida como a forma de se produzir documentação ou registro com a finalidade de promover e garantir, como um contrato, a aprendizagem de estudantes PAEE por meio da ação compartilhada pelas pessoas responsáveis ou que deverão trabalhar com esses estudantes (Valadão; Mendes, 2018, p.10).

O PEI quando aplicado se torna importante e eficaz para a promoção da aprendizagem e da participação dos alunos, portanto disso perguntamos para as

professoras sobre o PEI, como era elaborado, se a gestão as ajudava e se levaram em consideração o PEI para elaborar os seus planos de aulas, obtivemos as seguintes respostas:

A gestão que elabora, mas não temos acesso. Também não somos de ficar adaptando o currículo para as crianças, elas seguem como todas as outras, mesmo possuindo dificuldade (P1).

Não conheço, nunca falamos sobre isso aqui na escola (P2).

O município tem uma equipe específica e especializada para elaboração (P3).

A elaboração é realizada através de avaliações de desempenho, definindo os objetivos, estabelecendo um cronograma e analisando os resultados (P4).

As respostas mostraram que há variação na percepção e no uso do PEI na rede municipal. Enquanto algumas professoras têm pouca ou nenhuma informação sobre o referido documento (P1 e P2), outras reconhecem a existência de um processo estruturado (P3 e P4). Essa disparidade sugere a necessidade de maior formação docente e de um envolvimento mais ativo dos professores na construção e aplicação do PEI, garantindo que esse documento seja uma ferramenta real de inclusão e aprendizado para os alunos PAEE e da sala de aula comum, visto que quando as crianças têm necessidade específicas é preciso que os professores façam as adequações curriculares demandadas.

Por último e não menos importante, perguntamos para as profissionais sobre as maiores dificuldades enfrentadas por elas para que a inclusão realmente aconteça na escola, seguem as respostas:

Aceitação da família no processo de inclusão nas brincadeiras, pois muitos não deixam seus filhos brincarem por medo da criança se machucar ou apanhar (P1).

Um dos maiores entraves enfrentados, são as famílias pouco solícita e a pouca formação para gente (P2).

Que haja mais interação da equipe específica com a equipe de professores e demais funcionários. A falta de materiais também atrapalha muito, sempre temos que tirar do nosso bolso para fazermos algo. A falta de um salário justo (P3).

Formação e capacitação para os professores, falta de acessibilidade física na maioria das escolas, a infraestrutura está bastante deteriorada e a falta de professores especializados (P4).

As respostas das entrevistadas evidenciam obstáculos que vão desde a resistência das famílias até problemas estruturais e de formação docente. Um dos desafios destacados foi a falta de aceitação por parte das famílias. O medo de que seus filhos se machuquem ou sofram agressões, não permitindo que as crianças participem de brincadeiras e atividades com os demais colegas leva a uma postura que acaba limitando e impedindo que a criança se desenvolva, dificultando sua inclusão no ambiente escolar.

Outro ponto levantado foi a falta de formação e capacitação para os professores. Algumas educadoras relataram que há poucas oportunidades de qualificação, o que dificulta o desenvolvimento de estratégias adequadas para atender os alunos com necessidades educacionais específicas. Além disso, a falta de interação entre a equipe especializada e os professores foi mencionada como um entrave, já que a comunicação entre os profissionais que atuam diretamente com os estudantes e aqueles que elaboram os planos educacionais é essencial para garantir um ensino mais eficaz. Conforme Camizão; Victor (2024):

Diante disso, percebemos que as formações continuadas têm sido oferecidas, mas precisam de reestruturação teórico-metodológica, em que os conhecimentos estejam assentados em pressupostos que valorizem a prática educacional, ou seja, conhecimentos pedagógicos. Além disso, há necessidade de se ampliar a discussão para que as formações atendam aos demais profissionais da escola, afinal, a inclusão compete à escola, e não somente ao professor especialista (Camizão; Victor, 2024, p.74).

Desse modo, a formação não somente de gestores e pessoas especializadas é importante, mas também dos professores e demais funcionários, pois é um dos fatores mais determinantes para o sucesso da inclusão na escola. Segundo Azevedo (2022), a capacitação contínua permite uma compreensão melhor sobre as diretrizes da educação inclusiva fazendo com que os professores implementem estratégias adequadas no cotidiano escolar.

Destacamos também a falta de recursos e materiais pedagógicos que cada vez mais se torna uma dificuldade recorrente. Muitas vezes, os professores precisam custear materiais com recursos próprios para adaptar as atividades e proporcionar um ensino de mais qualidade aos alunos. Nesse sentido, Saviani (2011) afirma que:

Objetivamente, no entanto, a situação é esta: nós estamos com o sistema de ensino em nível nacional não implantado, e isso cria entraves. Esse quadro [...] configura a situação de penúria pela qual passam as nossas escolas e

pela qual passam os nossos professores: condições de trabalho precárias e salários precários (Saviani, 2011, p.98).

São tantos os problemas, que se agravaram ainda mais com a infraestrutura precária das escolas, que, segundo uma das professoras entrevistadas, ainda carecem de acessibilidade adequada para alunos com deficiência, tornando o espaço escolar menos inclusivo e acessível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva tem sido um tema central no debate educacional, especialmente no que diz respeito à efetivação de políticas públicas que garantam acesso, permanência, aprendizagem e a participação de alunos com deficiência em escolas regulares. Em busca de atingir o objetivo da pesquisa, foi necessário, trazer à tona toda uma discussão conceitual, para nos aproximarmos de como tem ocorrido a mediação do gestor na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e da acessibilidade para as crianças com deficiência.

Com base nos dados coletados por meio da pesquisa qualitativa, incluindo as entrevistas com a gestora, com a psicopedagoga, com a professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com as demais professoras da sala de aula comum, foi possível identificar pontos críticos que afetam a implementação da educação inclusiva, bem como algumas boas práticas que podem ser ampliadas para fortalecer esse processo.

A análise dos resultados revelou que a inclusão escolar enfrenta desafios significativos, sendo os principais a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais especializados e a necessidade de formação continuada nessa área para docentes e gestores. As entrevistadas destacaram que muitas escolas ainda não possuem salas acessíveis e materiais adaptados, dentre outras faltas, para atender às necessidades dos alunos com e sem deficiência. Essa dificuldade estrutural compromete a aprendizagem desses estudantes e reforça as desigualdades no ambiente escolar (Valença et al., 2024).

Outra situação identificada foi a insuficiência de profissionais qualificados para atuar na educação inclusiva. Embora existam professores de AEE, a demanda supera a oferta, tornando o atendimento insuficiente, tendo em vista, que no ano de 2024, em todo o município havia somente 4 salas de recursos multifuncionais, sendo elas nas escolas do Cristo Redentor, Escola Cônego, Escola Oswaldinho e Raimundo Aquino. Além dessas, a Escola Ivar Saldanha também passou a contar com uma sala de recursos este ano (2025).

A professora entrevistada apontou que, em média, atendia apenas quatro alunos por dia, oriundos de outras instituições, como a Escola Ivar Saldanha, a Wilson Felix e a Creche Mundo Encantado, além dos alunos da própria escola onde a sala está situada, no Cristo Redentor. Embora esses atendimentos possam parecer

suficientes, eles ainda não atendem a todas as necessidades dos alunos. Isso reforça o argumento de Azevedo (2022), que destaca que a falta de investimentos na formação de profissionais especializados compromete a qualidade da inclusão.

Além disso, a pesquisa revelou que alguns profissionais ainda possuem uma visão reducionista de inclusão, considerando-a apenas como a presença física dos alunos com deficiência na escola, sem necessariamente adaptar metodologias, currículos e atividades para atender às suas necessidades. Essa percepção é um dos principais obstáculos para a consolidação da inclusão escolar como um direito efetivo e não apenas como um cumprimento burocrático de normativas legais (Costa; Machado, 2023).

Apesar dos entraves, algumas boas práticas foram identificadas na escola estudada, como a realização de rodas de leitura e palestras sobre inclusão, que contribuem para a sensibilização da comunidade escolar.

Os achados desta pesquisa indicam a necessidade de ações concretas para fortalecer a educação inclusiva no contexto escolar. Primeiramente, a infraestrutura escolar precisa ser revista e adaptada, garantindo que todas as escolas públicas possuam acessibilidade física e recursos tecnológicos adequados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Sem essas adaptações, a inclusão se torna apenas um conceito abstrato, sem impacto real na vida dos estudantes (Valença et al., 2024).

A gestão escolar inclusiva também precisa ser fortalecida. Os gestores devem ser capacitados para compreender a inclusão de forma ampla, garantindo que a escola se torne um espaço acessível e democrático. Isso implica, não apenas na adaptação da infraestrutura, mas também na criação de um ambiente que valorize e respeite a diversidade. A implementação de um Plano de Ação para a Inclusão, construído de forma colaborativa com a equipe pedagógica, pode ser uma estratégia eficiente para consolidar essa mudança de perspectiva (Costa; Machado, 2023), além da construção de um Projeto Político Pedagógico que contemple os aspectos de educação inclusiva, envolvendo toda a comunidade escolar.

A articulação entre a escola, a família e a comunidade precisa ser incentivada. A inclusão não pode ser responsabilidade apenas da escola; é necessário um esforço conjunto para garantir que os alunos tenham suporte dentro e fora do ambiente escolar. A escola estudada já realiza algumas ações nesse sentido, como encaminhamentos para serviços especializados, mas esse trabalho precisa ser

ampliado e fortalecido. Conforme aponta Almeida (2022), a construção de uma rede de apoio entre escola, família e comunidade é essencial para o sucesso da inclusão escolar.

A presente pesquisa investigou a função do gestor, da equipe pedagógica e dos professores na promoção da educação inclusiva em uma escola pública no Município de Bacabeira, deixando em aberto outros aspectos que podem ser aprofundados em estudos futuros, sobre a formação continuada desses profissionais em práticas inclusivas, sobre as barreiras que dificultam a acessibilidade e as estratégias pedagógicas para atender as necessidades de todos os alunos. Também seria relevante investigar sobre a percepção dos alunos e das famílias sobre a inclusão nas escolas do referido município.

A educação inclusiva é um desafio que exige comprometimento e investimento em diversas áreas, desde infraestrutura até a formação dos profissionais da educação. Os resultados deste estudo mostram que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão seja uma realidade efetiva nas escolas públicas.

É fundamental que as políticas educacionais sejam aprimoradas e que a gestão escolar assuma um papel ativo na construção de um ambiente inclusivo. A formação continuada de professores e gestores, a adaptação da infraestrutura e a conscientização da comunidade escolar são ações imprescindíveis para que a inclusão aconteça de maneira plena e efetiva.

Importante mencionar o gestor de uma escola é o condutor dos processos administrativos e pedagógicos que envolvem a comunidade escolar e que seu trabalho deve ser exercido com competência, ética e transparência, buscando a promoção de uma educação de qualidade. Todos os aspectos referentes a educação inclusiva fazem parte do comprometimento que esse profissional deve ter com uma educação de qualidade no exercício de sua função.

A gestão democrática da educação, como um princípio da educação brasileira, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, lei n.9.394/1996 e pelo Plano Nacional de Educação, lei n. 13.005/2014, tem como objetivo principal a promoção da transparência, da colaboração e da participação ativa da comunidade escolar.

Portanto, garantir a educação inclusiva não é apenas uma questão de cumprir normativas legais, mas de assegurar o direito à educação para todos. Como destaca

Valença et al. (2024), a inclusão não deve ser vista como um desafio isolado, mas como uma oportunidade de transformar a escola em um espaço na qual a diversidade seja valorizada e respeitada. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária começa na escola e cabe a todos os envolvidos no processo educacional trabalharem juntos para tornar essa realidade possível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tarcisio Mendel. **Gestão escolar e seus impactos na educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Ensino do Instituto Noroeste Fluminense de Educação Superior. Santo Antônio de Pádua – RJ 2022.

ARANHA, Maria Sales Fábio. Educação Inclusiva: **A Escola**. Brasília, 2004.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Escola inclusiva, diversidade e gestão escolar: O que dizem gestores de escolas públicas do Rio Grande do Norte. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 24, p. 1-25, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.7244>

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da república, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2024.

BRASIL. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei 7.853 e dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Decreto 7.611, de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 20 set.2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de novembro de 1989**. Dispõe sobre as pessoas com deficiência, sua interação social e dá outras providencias. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 13/07/1990. Dispõe sobre a Proteção Integral de crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providencias. Diário oficial da união. Brasília, DF, 26 jun.2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01 jan.2025.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo. EDUCAÇÃO, 1993.

CAMIZÃO, Amanda Costa; VICTOR, Sonia Lopes. **Formação de professores e Educação Especial no Brasil: atravessamentos teóricos e impactos para a inclusão**.

CARAVELA AI. Consultoria em identificação de oportunidades de mercado e insights setoriais. Caravela Dados, 2023. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/bacabeira---ma>. Acesso em: 02 Mar. 2025

CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa de; BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MARANHÃO: apontamentos históricos**. cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016

COSTA, José Edmilson Ferreira. MACHADO, Fabrícia da Silva. **DUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS DO MARANHÃO: Uma revisão bibliográfica**. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/97106>>. Acesso em: 2024

COSTA, Larissa Dayane Soares *et al.* O estado da arte das formas de gestão educacional. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 1, n. Esp 3, p. 313-325, 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Artmed, 2006.

DEWEY, John. *How We Think*. Boston D.C: Heath & Co, 1933.

FALQUETO, Rosângela Aparecida Silva. **A Educação Integral na Perspectiva da Educação Inclusiva: olhares de gestores e professores do município de Ji-paraná/ro**. Porto Velho, RO, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana. **Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar**. 2018.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARANHÃO. Plano Estadual de Educação. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial Poder Executivo do Maranhão, Ano CVIII, n.111, São Luís. Disponível em:<

https://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/05/suplemento_lei10099-11-06-2014-PEE.pdf> Acesso em: 13/02/2024.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 387-559, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/>. Acesso em: 20 set. 2024.

ORNELAS, Maria Rosilei Oliveira dos Santos. **INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO GESTOR**. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais, 2023.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/>

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da Pesquisa Científica e do Trabalho Acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 27, p. 271-290, 2018.

VALADÃO, Gabriela Tannús; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação** v. 23, 2018.

VALENÇA, André Luiz Santos et al. A integração de tecnologias assistivas na gestão escolar para o apoio no processo de inclusão escolar. **Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 16, n. 2, 2024.

VIEIRA, Maria Angélica Cardoso. **GESTÃO ESCOLAR E INCLUSÃO: os desafios da direção na rede privada de ensino**. Dissertação (Mestrado) -Programa de Pós-Graduação em Educação- PUCRS. Porto Alegre 2019,

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Paraná: Editora FGV, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de questionário utilizado com o gestor



**Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Curso de Pedagogia**

Questionário

Prezado (a) Participante,

Esse questionário é um instrumento de pesquisa acadêmica que compõem o trabalho de conclusão de curso da aluna Polyana Rosa Rodrigues sob orientação da Professora Dra. Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo Lopes, cujo objetivo consiste em investigar como ocorre a mediação do gestor da Unidade Escolar Wilson Felix na implementação de práticas pedagógicas inclusivas para promover a acessibilidade aos alunos com deficiência.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e disponibilidade em responder às questões propostas.

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO COM O GESTOR

1. Nome completo:
2. Faixa Etária:
3. Formação Acadêmica:
4. Cargo:
5. Tempo de Experiência na educação básica pelo município de Bacabeira:
6. Possui cursos relacionados à Educação Inclusiva? Quais?
7. Para você o que seria Educação Inclusiva?
8. Quantos alunos atualmente com deficiência estão matriculados na escola?

9. Quais são os critérios da secretaria de educação exigido para conseguir os serviços da Educação Especial? Quais são esses serviços? Esses serviços são suficientes para atender a demanda da escola?
10. Quais são as ações que a escola desenvolve para garantir o direito à inclusão dos alunos com deficiência?
11. Qual é o critério adotado pela escola no momento da enturmação desses alunos?
12. Para você, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela escola para que a inclusão realmente aconteça?

APÊNDICE B- Roteiro de questionário utilizado com a professora de AEE e com a psicopedagoga.



**Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Curso de Pedagogia**

Questionário

Prezado (a) Participante,

Esse questionário é um instrumento de pesquisa acadêmica que compõem o trabalho de conclusão de curso da aluna Polyana Rosa Rodrigues sob orientação da Professora Dra. Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo Lopes, cujo objetivo consiste em investigar como ocorre a mediação do gestor da Unidade Escolar Wilson Felix na implementação de práticas pedagógicas inclusivas para promover a acessibilidade aos alunos com deficiência.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e disponibilidade em responder às questões propostas.

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO COM A PROFESSORA DE AEE E COM A PSICOPEDAGOGA

1. Nome completo:
2. Faixa etária:
3. Formação Acadêmica:
4. Cargo:
5. Tempo de Experiência na educação básica no município de Bacabeira:
6. Como você enxerga a diferença entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva?
7. Quantas crianças vocês atendem por dia?
8. Quais são os critérios exigidos secretaria de educação para conseguir os serviços da Educação Especial? Quais são esses serviços? Esses serviços são suficientes para atender a demanda educação inclusiva no município?
9. Para você, o que é educação inclusiva?

10. Como vocês enxergam a atuação dos gestores escolares para a inclusão dessas crianças no município de Bacabeira?
11. Quais são as ações que vocês desenvolvem para garantir o direito à inclusão inclusiva no município?

APÊNDICE C- Roteiro de questionário utilizado com as professoras da sala de aula regular



**Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais
Curso de Pedagogia**

Questionário

Prezado (a) Participante,

Esse questionário é um instrumento de pesquisa acadêmica que compõem o trabalho de conclusão de curso da aluna Polyana Rosa Rodrigues sob orientação da Professora Dra. Thais Andrea Carvalho de Figueirêdo Lopes, cujo objetivo consiste em investigar como ocorre a mediação do gestor da Unidade Escolar Wilson Felix na implementação de práticas pedagógicas inclusivas para promover a acessibilidade aos alunos com deficiência.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e disponibilidade em responder às questões propostas.

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO COM AS PROFESSORAS DA SALA DE AULA REGULAR

1. Nome completo:
2. Faixa etária:
3. Formação Acadêmica:
4. Cargo
5. Tempo de experiência na educação básica no município de Bacabeira:
6. Como você enxerga a diferença entre a Educação Especial e Educação Inclusiva?

7. Há quanto tempo você trabalha nesta escola? Há alunos com deficiência em sua turma?
8. Você possui atualmente quantos alunos com deficiência na sala de aula?
9. Para você o que seria Educação Inclusiva?
10. Possuem cursos relacionados à Educação Inclusiva?
11. A Gestão da escola se envolve com o trabalho pedagógico realizado com alunos com deficiência? É realizada alguma ação para contribuir com o desenvolvimento desse aluno?
12. Como é realizada a elaboração do Plano de Educacional Individualizado (PEI)? A equipe gestora contribui para a elaboração desse plano?
13. Para você, quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela escola para que a inclusão realmente aconteça?

**APÊNDICE D - Autorização da Unidade Escolar Wilson Felix para a realização
da pesquisa**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO- UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA**

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-
CIENTÍFICA**

Através do presente instrumento, solicitamos do(a) Gestor(a) da instituição da Unidade Escolar Wilson Felix autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho Monográfico do(a) aluno (a), Polyana Rosa Rodrigues orientando (a) pela Prof Dra. Thais Andrea Carvalho Figueiredo Lopes, tendo como título preliminar: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E GESTÃO ESCOLAR:** aproximações necessárias.

A coleta de dados será feita através da realização de entrevistas no campo de pesquisa. A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão. As informações aqui coletadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição campo de pesquisa.

São Luís, 04/02/2025.



Assinatura e carimbo do diretor